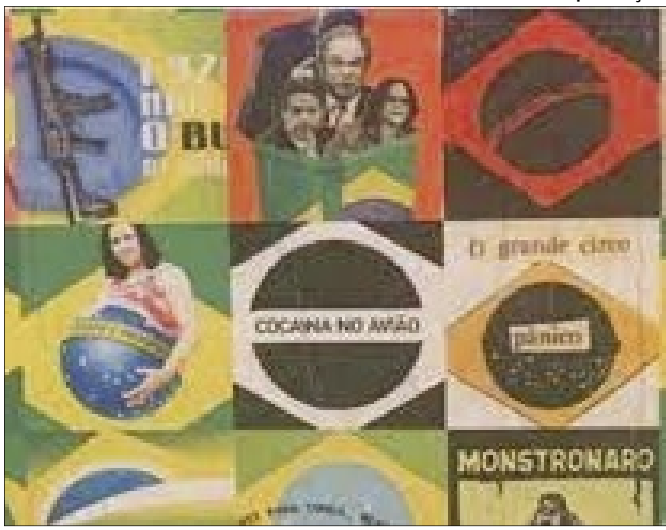


CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



O quadro tem outras provocações

Lira pode ter ido pro lixo de propósito

Há quem desconfie, dentro do governo e da própria Caixa Econômica Federal, que os responsáveis pela exposição “O Grito” bem sabiam do potencial de rolo e de provocação que ela teria. Especialmente com o quadro “Bandeiras”, de Marília Scarabello. Seria uma reação, que uma fonte classificou como “infantil”, à pressão que o presidente da Câmara, Arthur Lira

(PP-AL), e o Centrão faziam desde o final do primeiro semestre pelo comando do banco. A presidente da Caixa, Rita Serrano, já sabia que acabaria demitida. E a presença ali do quadro seria uma forma de protesto. Que gerou reações imediatas. E o quadro acabou mesmo sendo o estopim da troca: Rita Serrano acabou demitida na tarde de quarta-feira (25).

Porteira fechada

No lugar de Rita Serrano, assume Carlos Vieira Fernandes. E o grupo comandado por Arthur Lira seguirá pressionando para ter o controle das 12 vice-presidências da Caixa. Ou seja, a situação ajudou a pressionar para que Lira obtivesse a porteira fechada.

Ingenuidade?

Os que acham que não foi coincidência argumentam que seria muita ingenuidade imaginar que não houvesse reação. O quadro polêmico tem outras provocações. Em outra parte, traz o ex-presidente Jair Bolsonaro defecando em cima da bandeira do Brasil.



Fernando Frazão/Agência Brasil

Rita não teria muito jogo de cintura para a política

Serrano buscava canal direto com Lula e ignorava a política

A curadora da exposição, Sylvia Werneck, em nota, admitiu que a mostra teria de fato um caráter provocador. Se incomodou algumas pessoas, cumpriu “sua função de problematizar uma narrativa única”. É uma ideia que se choca com a nota divulgada pela Caixa após cancelar a exposição, quando afirmou que ela contra-

riava as diretrizes do programa cultural do banco, que veda manifestações de viés político-partidário. Segundo fonte, Rita Serrano negava a política. E buscava sempre um canal direto com Lula, ignorando outros políticos. A superintendente de Patrocínio, Eventos e Promoção da Caixa, Ana Fraga, é bem ligada a Rita Serrano.

Precipitou

O fato é que o rolo todo precipitou a troca da Caixa, se ela ainda não fosse acontecer nesta quarta-feira. Diante da notícia da exibição do quadro, Arthur Lira estava disposto a despejar um caminho de problemas nas costas do governo, nas votações desta semana.

Adiou

Coincidência ou não, demitida Rita Serrano e feita a troca por Carlos Vieira, indicado de Arthur Lira, a sessão de apreciação dos vetos foi adiada para a semana que vem. E o projeto de taxação dos super-ricos entrou na pauta de votação da Câmara. Lula cedeu, a pauta destravou.

Vetos

Na terça-feira (24), ele já adiou a votação do projeto de taxação das offshores, o imposto dos super-ricos. E a disposição era hoje fazer com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sessão do Congresso para analisar os vetos presidenciais. E queria incluir o Marco Temporal.

Infantil

Por isso, a provocação, para a fonte, teria sido “infantil”. Ela acabou ajudando Arthur Lira e o Centrão a obter o que queriam. Lula e o governo tiveram mais uma vez de ceder para que a pauta avançasse. Até a próxima crise que vier a ser criada. Proposital ou não.

Para Dino, apoio à milícia foi grande erro político

Ministro compareceu à CCJ da Câmara após duas ausências

Por Ana Paula Marques

Depois de ter faltado a duas convocações anteriores, o ministro da Justiça, Flávio Dino compareceu na manhã desta quarta-feira (25) à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Dino foi questionado sobre diversos assuntos. Mas especialmente sobre a situação de violência no Rio de Janeiro, na qual o governo federal trabalha junto ao governo estadual de Cláudio Castro (PL) para resolver.

Na avaliação de Dino, o problema da criminalidade no Rio “vem de décadas”. Mas estaria relacionado a um “grande erro político”, que foi, segundo ele, a aproximação de grupos políticos das milícias que hoje dominam diversas regiões do município do Rio.

Parlamentares de oposição ao governo tentaram provocar Dino e relacionar o atual governo ao crime organizado do Rio, lembrando a visita que o ministro da Justiça fez ao Complexo da Maré, em março deste ano. Dino respondeu relacionando o problema à aproximação política de alguns grupos do Rio com a milícia.

“As milícias foram incentivadas por políticos e protegidas por políticos. Eu nunca homenageei miliciano. Eu não sou amigo de miliciano. Não sou vizinho de miliciano. Não empreguei no meu gabinete filho de miliciano, esposa de miliciano e, portanto, não tenho nenhuma relação com o crime organizado no Rio de Janeiro”, disse o ministro.

Apesar de não citar nomes, Dino faz referência às acusações de que o ex-presidente e seus familiares teriam ligações com inte-



Lula Marques/ Agência Brasil

Deputados como Nikolas Ferreira tentaram provocar Dino

grantes da milícia, como Ronnie Lessa, um miliciano envolvido no assassinato da vereadora Marielle Franco, que morava no mesmo condomínio de Bolsonaro no Rio de Janeiro.

Presença obrigatória

Apesar de ter sido convocado — o que significa presença obrigatória — o ministro da Justiça, Flávio Dino, não compareceu a duas reuniões da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados só neste mês. Nesta quarta-feira (25), porém, o ministro foi convidado a responder questionamento dos parlamentares na reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, na qual ele compareceu.

O ministro foi questionado também sobre os atos de 8 de janeiro, com relação à suposta recusa em enviar imagens das câmeras de segurança do Ministério da Justiça. Segundo parlamen-

tares da oposição, parte das imagens não teriam sido entregues à CPMI que investiga os atos antidemocráticos. O ministro rebateu a acusação. Disse que todas as imagens foram coletadas pela Polícia Federal após o 8 de janeiro.

Outro questionamento foi a possível interferência da pasta da justiça na Polícia Federal (PF), a acusação vem após a fala de Dino na cerimônia de encerramento do curso de formação da Polícia Federal, em setembro. “Essa Polícia Federal, hoje, toda ela, está a serviço de uma única causa, que é a sua causa, a causa do Brasil. Nós abolimos tentações satânicas de espetacularizações, de abusos, de forças-tarefas ilegais. Tudo isso ficou no passado”, disse o ministro.

O deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) usou as declarações de Dino como demonstrações de interferência nas ações da PF para o convidar à reunião. O ministro negou as afirmações.

Aprovação de Lula cai, com mais pessimismo na economia

Por Rudolfo Lago

O brasileiro está menos otimista com os próximos rumos da economia, preocupado com a guerra no Oriente Médio e achando que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva viaja mais ao exterior que o recomendável. Essa soma de impressões faz com que caia a aprovação quanto ao desempenho de Lula e de seu governo. E acende um sinal amarelo no Palácio do Planalto. É o que mostra nova rodada da pesquisa Genial/Quaest, que mede a percepção do brasileiro quanto aos principais temas da política e da economia.

A pesquisa foi realizada entre os dias 19 e 22 de outubro. Foram feitas 2 mil entrevistas em 120 municípios de todas as regiões do país, de forma presencial. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais, e o índice de confiança é de 95%.

Com relação à rodada anterior, de setembro, a aprovação de Lula caiu de 60% para 54%. E sua desaprovação subiu de 35% para 42%. Não sabem ou não responderam 4%. A aprovação do presidente caiu em todas as regiões do país. Mesmo no Nordeste, onde ela é sempre maior, a queda foi de 72% para 68%.

Da mesma forma, caiu a aprovação com relação ao governo como um todo. Em setembro, consideravam o governo positivo 42%. O índice caiu para 38%. A avaliação negativa subiu de 24% para 29%. E a regular manteve-se no mesmo patamar de 29%.

Caminho

A redução da aprovação reflete-se na avaliação sobre outros pontos do país. Um percentual de 49% dos entrevistados considera que o Brasil está indo na “direção



Ricardo Stuckert/ PR

Cai a aprovação de Lula e de seu governo

errada”. Contra 43% que avaliam que está na “direção certa”. Não sabem ou não responderam 8%.

Os entrevistados avaliam que têm ouvido mais notícias negativas que positivas sobre o governo. Para 36%, as notícias são mais negativas, e para 34% mais positivas. A notícia mais positiva lembrada foi o pagamento do Bolsa-Família no valor de R\$ 600 com mais R\$ 150 para crianças. A mais negativa a guerra entre Israel e o grupo Hamas.

Economia

Esse quadro gera maior pessimismo com relação à economia. Nos últimos 12 meses, a avaliação sobre a situação econômica do país gera números muito equivalentes. É exatamente o mesmo o percentual dos que acham que melhorou, ficou igual ou piorou: 33%. O que chama a atenção é que em setembro eram somente 23% os que achavam que tinha piorado. Reduziu-se o percentual dos que consideram que está igual (era 39%). E um pouco os que acham que melhorou (era 34%).

Para os próximos 12 meses,

porém, a expectativa positiva diminuiu bastante. Na rodada anterior, 59% achavam que a economia iria melhorar. Esse percentual caiu agora para 50%. E o percentual de quem acha que vai piorar subiu de 22% para 28%.

Com relação à avaliação específica do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, houve uma manutenção do percentual dos que a consideram positiva (26%). Mas houve um aumento dos que a avaliam negativa (de 23% para 26%).

Enchentes

Há um empate na avaliação feita sobre as ações do governo quanto às enchentes na região Sul. Para 43%, o governo agiu no tempo certo. Para 42%, demorou para oferecer ajuda. Para 47%, a ajuda foi insuficiente. Para 35%, foi adequada.

Viagens

A pesquisa revela um quadro crítico da maioria quanto à agenda de viagens internacionais de Lula, algo que já tinha sido detectado em outras pesquisas, inclusive em levantamentos do próprio

Cortes no orçamento

O ministro também foi questionado sobre um possível corte no orçamento de 2024 para ações de prevenção a criminalidade. Que ele também negou. “Eu lembro que o orçamento de 2024 ainda não foi votado, portanto não é possível aquilatar se há ou não redução em relação a um item fundamental que são as emendas parlamentares. É claro que, após a apresentação de emendas parlamentares, será possível dispor sobre redução, ou não”, explicou.

O ministro disse que, em 2022, o governo Jair Bolsonaro destinou cerca de R\$ 4,391 bilhões para custeio das ações federais na área. “Em 2023, já no nosso governo, este orçamento é de R\$ 5,170 bilhões. E a proposta orçamentária que elaboramos é exatamente neste valor. Ou seja, não há redução. Pelo contrário. Há um incremento de 17% nos recursos da segurança pública”, detalhou Dino.